

ACTA N.º SETE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VITORINO DAS DONAS

QUADRIÉNIO 2021/2025

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas 20 horas, reuniram-se na sede da Junta de Freguesia os membros eleitos para a Assembleia de Freguesia de Vitorino das Donas em sessão ordinária, de acordo com a convocatória datada de quatro de abril de dois mil e vinte e três e estiveram presentes Lucília das Dores Lima Fernandes, Maria Carolina Dias de Oliveira e José de Lima Rodrigues, respetivamente presidente, primeiro e segundo secretário, e os vogais Adriano Dias Ribeiro, Joana Filipa do Vale Meira da Silva, José Afonso Gonçalves Lima Abreu e Manuel Duarte Sousa da Rocha.-----

Da ordem de trabalhos constavam os seguintes pontos:-----

Ponto 1: Apreciação da informação escrita da senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto 2: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2022, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 9º e ao nº 2, do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto 3: Apreciação do inventário dos bens patrimoniais do ano de 2022, nos termos da alínea b), do nº1, do artigo 9º e do nº 2, do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto 4: Discussão e votação da primeira alteração orçamental modificativa e alteração ao PPI do ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto 5: Aquisição por usucapião e autorização para outorga de escritura de justificação notarial dos art.ºs 1083,1513, 1088, 1299, 1466, 976, 1470 inscritos na matriz predial rústica e art.º 283 inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vitorino das Donas.-----

Ponto 6: Período de intervenção aberto ao Público.-----

A Presidente da Assembleia, deu início á sexta sessão publica da Assembleia de freguesia de Vitorino das Donas, passando aos pontos antes da ordem do dia.-----

Leitura da ata da última Assembleia.-----

A ata foi lida e considerada incompleta e decidiu-se que seria apresentada na próxima assembleia. A Presidente da Assembleia, começou por referir que, relativamente ao expediente da assembleia não havia nada de relevante a salientar.-----

O Senhor Adriano Ribeiro tomou a palavra para colocar algumas questões nomeadamente se a Senhora presidente da junta de freguesia está ao serviço da junta de freguesia em regime de meio tempo e se for o caso, quanto auferir. Questionou também em que ponto se encontram as obras da ponte sobre o rio Tinto e as obras da rua da Queixada e ainda qual a pretensão que a junta tem em relação aos acessos à veiga da Correlhã. Questionou ainda acerca do assunto da corrente no caminho

2
C
R

de acesso às Gaivas e sobre a limpeza das ruas e a utilização do trator da freguesia. A senhora presidente da junta respondeu que se encontra em regime de meio tempo, que aufer o valor que está em tabela legalmente previsto e aprovado pelo orçamento de estado, 14 vezes no ano. Quanto à questão da ponte do rio Tinto, informou que após ter sido alertado para o assunto, o executivo informou a Camara, e o que foi feito foi interditar a ponte, e que estão a ver a possibilidade de intervenção. Relativamente ao assunto do motorista, o executivo já fez a candidatura ao Instituto de Emprego, já surgiu um candidato com o qual não foi possível avançar, estando neste momento a aguardar novo candidato. Relativamente á corrente no acesso à Gaiva não tem nenhum esclarecimento no momento. O senhor José Afonso Abreu interveio para pedir que no estudo a fazer sobre o caminho de acesso às veigas seja também considerado o caminho das Agradas. A senhora presidente da Assembleia pediu para o Executivo trazer as respostas em falta para a próxima Assembleia.-----

Passamos depois para os pontos da ordem do dia.-----

Ponto 1: Apreciação da informação escrita da senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

A senhora presidente da junta passou a palavra à secretária Diana Barros que falou das principais ações levadas a cabo pelo Executivo, destacando o passeio de Carnaval e a participação no programa de televisão Praça da Alegria. O tesoureiro Jorge Torres falou da situação financeira da freguesia, que apresentava um saldo final de quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta euros e vinte e seis cêntimos. Após a Senhora presidente da Assembleia ter passado a palavra aos membros, a senhora Joana Meira da Silva interveio para referir que se a senhora presidente da junta se encontra em regime de meio tempo, é de lamentar que não exista um plano para que justifique esse regime na junta de freguesia. A senhora presidente da junta referiu que não está dispensada da atividade laboral porque está com acumulação de funções, e que o facto de não estar em atendimento não quer dizer que não está ao serviço da freguesia.-----

De seguida foi dada a palavra ao senhor Adriano Ribeiro que disse que tem acompanhado as atas das reuniões do município, e há sempre freguesias com obras aprovadas, e que para Vitorino das Donas isso não acontece, o que é de lamentar. Acrescentou que temos um saldo razoável, e o largo da Abel está sem avançar e a limpeza é feita por uma empresa externa, dando como exemplo a rua da Cachada que não tem pavimentos e saneamento e ainda que terminamos a rua de Trelamas com um charco de água e isso é lamentável. O senhor José Afonso abreu interveio para questionar a Senhora presidente da junta sobre quantas horas afeta à freguesia. A senhora presidente da junta esclareceu que trabalha em horário completo no seu trabalho e a meio tempo na junta de freguesia, e que não sendo um horário estanque, está em média três horas e meia para a freguesia, ao que o senhor José Afonso abreu respondeu estar esclarecido.-----

Ponto 2: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2022, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 9º e ao nº 2, do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

3
a

A senhora presidente da junta salientou que foram realizadas atividades centradas na população, numa vertente social e cultural, e que é intenção do executivo realizar a obra da Abel. Que depois da assembleia de junho, pediu orçamentos, que foi difícil receber os mesmos, e quando os receberam passaram de cerca de trinta e seis mil euros para cerca de cinquenta e cinco a sessenta mil euros, e então decidiu o executivo não avançar com a obra de imediato e pedir uma nova avaliação à camara, o que justifica o saldo mais elevado. Também pensaram que em breve seria resolvida a situação do abrigo do autocarro no regadio, e caso não seja possível manter a paragem, a obra custará cerca de seis mil euros. Também já estava adjudicado um abrigo para os contentores do lixo no cais do rio lima, e que só agora vai ser executado. O saldo de gerência que transita de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três de é trinta e dois mil e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos.-----

O senhor Adriano Ribeiro perguntou se o orçamento para a obra da Abel tem incluído todo o material e onde está o paralelo que a camara cedeu para essa obra. A senhora presidente da junta confirmou que sim, inclui material e mão de obra. O senhor José Afonso referiu que o anterior presidente da junta afirmou que a camara descontava o valor do paralelo porque já lá estava. A senhora presidente disse que não recebeu os cubos e que nos orçamentos que tem estão incluídos os cubos, e ainda que não gastou os cubos em nenhuma outra obra, porque aliás nunca os recebeu. O senhor Adriano Ribeiro questionou se o executivo tem conhecimento que foram gastos seis a sete mil euros em projetos que ficaram no papel e se os mesmos são para ficar na prateleira. A senhora presidente da assembleia pediu para identificar esses projetos, ao que o senhor José Afonso Abreu respondeu que recebeu um flyer, relativo à rua da escola e rua da carreira e que esses projetos foram pagos e que o valor era de sete mil euros mais IVA. A senhora presidente da junta disse que um era relativo ao largo da freguesia e à rua do Mosteiro, e que o segundo vai ser englobado no projeto de requalificação do rio. Quanto ao adro o projeto está parado. O senhor José Afonso Abreu quer consultar o projeto em papel.-----

O senhor Adriano Ribeiro questionou se já há negócio com os terrenos da margem do rio lima para o dito projeto de requalificação e que queria dar o exemplo dos dois projetos referidos anteriormente. A senhora presidente da junta respondeu que os terrenos estão negociados, mas que ainda não foi feita a escritura.-----

Este ponto foi aprovado com seis votos a favor e um voto contra.-----

O senhor José Afonso Abreu fez declaração de voto que se anexa a esta ata.-----

Ponto 3: Apreciação do inventário dos bens patrimoniais do ano de 2022, nos termos da alínea b), do nº1, do artigo 9º e do nº 2, do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

A senhora presidente da junta refere que no inventário constam bens móveis e imóveis, e que por não ser possível colocar nos inventários imóveis que não tenham artigo predial, foi feita uma lista avulsa para consulta, exemplo os doze fontanários, sendo que há uma dúvida sobre a fonte da Torre, e sobre a capela mortuária. A senhora presidente da Junta referiu que a fonte da Torre está incluída e que falaram recentemente com a proprietária da casa da Torre e que a própria disse ao executivo recentemente que a fonte é dela e que tinha de a mandar limpar. O senhor Adriano Ribeiro referiu

Aq 4

que conhece os inventários desde há quarenta anos e que a fonte da Gaiva sempre fez parte dos inventários. O senhor Duarte Rocha referiu que a fonte da Gaiva está dentro de um terreno privado e que quem vedou o acesso à fonte foi a Dona Laurinda Dias. A senhora Joana Meira da Silva interveio para dizer que decorreu uma ação judicial há mais de cinquenta anos que determinou que a fonte é privada, e as gentes daquele lugar podem aceder através dos carreiros, e que quem vedou o acesso à fonte foi a proprietária anterior e não a atual, e que iria enviar a ação judicial para conhecimento. O senhor José Afonso abreu solicitou que fosse avaliada a inserção do terreno baldio do extinto art.º urbano 163 de Vitorino das Donas, e que passou para o art.º 847 urbano.-----

Ponto 4: Discussão e votação da primeira alteração orçamental modificativa e alteração ao PPI do ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

A senhora presidente da junta referiu que há incorporação do saldo de gerência de 2022 para 2023, e a inclusão da verba englobada da camara municipal para a aquisição dos terrenos junto à margem do rio lima para o projeto de requalificação, no valor de dezanove mil quinhentos e sessenta e cinco euros mais o saldo de gerência no valor de trinta e dois mil e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos.

O senhor José Afonso Abreu questionou sobre quais os terrenos em causa nesta aquisição e se o assunto vai ser discutido em assembleia, e refere que ficou confuso porque foram abandonados projetos falados anteriormente e que lhe parece haver pouca coerência. E que queria ter acesso à localização dos terrenos para poder discutir a aquisição dos mesmos. A senhora presidente da assembleia interveio para referir que a aquisição não tem de ser discutida em assembleia, que executivo tem legitimidade para o fazer porque o valor está dentro dos limites de competência do executivo.-----

O Senhor José Afonso Abreu refere que não sabia, e que isto vai ser com a participação da camara, mas que não sabe qual vai ser a participação da junta.-----

A senhora presidente da junta refere que são dois terrenos situados junto à margem do rio, e que vai enviar a avaliação dos terrenos, que dezanove mil quinhentos e sessenta e cinco euros são da camara e que a comparticipação da junta é de dois mil seiscentos e trinta e cinco euros, e que é o gabinete da camara municipal que está a fazer o projeto para assim ficar a custo zero para a junta, e que para desenvolver um projeto é necessário saber onde o vai ser implementado.-----

O senhor José Afonso Abreu disse que vamos comprar terrenos, mas não sabemos bem dos projetos por isso pode especular o que quiser, e questionou se vão ser adquiridos mais terrenos, ao que a senhora presidente da junta respondeu, que neste momento são dois terrenos e que não está prevista a aquisição de mais terrenos, e ainda que o projeto está a ser elaborado com base na aquisição destes dois terrenos. O senhor José Afonso Abreu diz que há falta de informação clara e de transparência, porque não sabe o que são e para que são, e por isso a sua decisão é em função das suas dúvidas agora.-----

A senhora presidente da junta esclareceu que se trata da aquisição de dois terrenos, com uma área de 5000 metros quadrados, que vão servir para estruturas de apoio a desportos náuticos. Que este projeto está a ser desenvolvido pelo gabinete da camara municipal, e que engloba a visão maior para

5
A. Q

a margem do rio e que todos os documentos que dispõem vão ser remetidos aos membros da assembleia. O senhor Adriano Ribeiro perguntou em que data foi aprovada essa verba na assembleia da camara municipal, ao que a senhora presidente respondeu que foi em vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e três. O senhor José Afonso Abreu pediu a palavra para antecipar o sentido de voto contra tendo em conta que à medida que a senhora presidente da junta fala surgem mais duvidas, e depois fará a sua declaração de voto. O senhor Adriano Ribeiro disse que não iria votar a favor de uma coisa que não tem conhecimento.-----

A senhora presidente da assembleia interveio para recordar que o que está a ser votado é uma alteração modificativa do orçamento, e que sendo reprovada, as verbas estão na posse da junta, mas não podem ser utilizadas. A senhora presidente da junta esclareceu que este documento técnico está baseado em valores que estão deliberados em assembleia da camara e não vão mudar.-----

Este ponto foi aprovado com três votos a favor, dois votos contra e duas abstenções.-----

A senhora Joana Meira da Silva justificou a sua abstenção com a falta de conhecimento e de transparência, e que afinal de contas era fácil de ultrapassar porque já foi apresentado na reunião do município, e que é uma chamada de atenção, porque se os documentos existem, deviam ser apresentados a tempo e horas, e que deve haver total transparência com a assembleia. O Senhor José Rodrigues absteve-se sendo que a sua declaração de voto está na exa a esta ata.-----

Ponto 5: Aquisição por usucapião e autorização para outorga de escritura de justificação notarial dos art.º 1083,1513, 1088, 1299, 1466, 976, 1470 inscritos na matriz predial rústica e art.º 283 inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vitorino das Donas.-----

A senhora presidente da junta disse que este ponto se prende com o facto de realizar o registo do património da freguesia que constam nas finanças e no inventário.-----

O senhor José Afonso abreu questionou se já foi feita a representação geográfica no BUPI, ao que a senhora presidente da junta respondeu que era para ser feita no passado dia dezoito, mas que foi passada para o mês de maio e que não precisam da georreferencia para fazer a escritura. O senhor José Afonso perguntou se vai haver alteração da área ou se já foi feito o levantamento ao que a senhora presidente da junta respondeu que ainda não foram feitas as medições. Perante as várias dúvidas que foram apresentadas, a Senhora presidente da assembleia propôs á assembleia retirar este ponto da ordem do dia, por ausência da informação necessária, tendo levado essa proposta a votação, foi decidido por unanimidade retirar o ponto da ordem do dia.-----

Ponto 6: Período de intervenção aberto ao Público.-----

O senhor Reinaldo interveio para explicar que nunca disse que a fonte da Torre era publica, conforme tinha sido afirmado pelo Senhor Adriano Ribeiro há instantes atrás e que sim, ele foi muitas vezes lá encher água, mas sem a certeza que a fonte era publica. Disse também, que o caminho que liga a Subidade à Raia merecia um reparo. O senhor Dionísio Santos interveio para questionar se a pedra que está na subida de Santo António é da freguesia ou não. A senhora presidente respondeu, que o caminho que liga a Subidade à Raia, não é limpo há muito tempo, e vai ser um dos próximos a ser

limpo, assim como o caminho da Boucinha. Respondeu também, que as ditas pedras da subida de Santo António não são da junta, e que as mesmas não estão colocadas num espaço público.-----

Nada mais havendo a acrescentar a senhora presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata, que vai ser lida em voz alta para aprovação e assinada pelo Presidente, primeiro e segundo secretários. -----

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Lucia de D. S. Pereira

A 1.ª secretária:

María Carolina Dias de Oliveira

O 2.º secretário

Luís de S. Pereira